CFESS Manifesta

Encontro Nacional de Educação

Rio de Janeiro (RJ), 8 de agosto de 2014 Gestão Tecendo na luta a manhã desejada





Entre eles, o financiamento da educação pública, a democratização da educação, o acesso e permanência, passe livre e transporte público. O horizonte demarca posicionamento político contrário à privatização e mercantilização das creches à pós-graduação, à precarização das atividades de trabalhadores da educação e à avaliação meritocrática da educação.

A metodologia, democraticamente discutida para o encontro, se efetivará por via dos Grupos de Discussão (GD), em que os eixos indicados serão tratados no horizonte de um consenso progressivo das forças políticas presentes, fortalecendo um marco de resistência em defesa da educação pública. A ideia é contrapor uma proposta alternativa de educação pública brasileira ao PNE do governo, em método e conteúdo.

O envolvimento do CFESS na organização deste evento se efetiva pela importância de articulação da categoria de assistentes sociais com outros setores organizados da classe trabalhadora e pelo entendimento de que o debate da educação tem impacto na formação profissional, a qual se encontra no centro da disputa ideológica da educação como direito social. Ressaltamos, ainda, que a reiteração da defesa da educação pública, laica e gratuita está presente no plano de lutas debatido e deliberado coletivamente pela categoria no Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, em parceria com outras entidades, como a Enesso e a Abepss.

A evidência do trato da educação como mercadoria se apresenta nos documentos dos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que inclusive determinam as políticas dos países dependentes. O setor de serviços é um setor destacado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual a educação aparece em seus do-

cumentos como um dos setores mais lucrativos e, portanto, passível de comercialização.

Os argumentos favoráveis à liberalização da educação com vistas à comercialização se materializam pelas novas formas de relação entre o público e o privado, atraindo, para isso, investimentos deste último setor. Há também as parcerias com universidades estrangeiras, cujo objetivo é fortalecer a competitividade no setor. Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificam que, só em 2002, o comércio de serviços educacionais mobilizou 40 bilhões de dólares, pouco menos que o de serviços financeiros. A privatização do ensino superior cresce a olhos vistos, mas o processo de privatização também ocorre nas universidades públicas, via fundações de direito privado instaladas nestas instituições, bem como por serviços que começam a ser cobrados, como cursos pagos de pós-graduação. Grande parte destes cursos e serviços pagos nas

instituições estaduais e federais é mediada pelas fundações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e as Organizações Sociais (OS), fortalecendo a educação como objeto de negócios. Destacamos, ainda, a inserção do capital estrangeiro no ensino superior brasileiro, o que está cada vez mais legitimado, seja na modalidade presencial, seja à distância. Um exemplo do que acabamos de falar é a fusão entre a Kroton e a Anhanguera em 2013, que criou o maior grupo privado de educação do Brasil. Com 1,5 milhão de estudantes no ensino superior e básico, o grupo passa a contar com 124 campi presencial, 726 polos de educação à distância e um capital de 22 bilhões de reais.

Na particularidade do ensino superior, que obviamente reflete na formação do/a assistente social, os estudos na área promovem a evidência das implicações de um novo ethos acadêmico nas condições de trabalho docente (precarização salarial e no acesso aos recursos públicos); na saúde (afastamentos e doenças); nas relações entre os pares (hostilidade, competitividade e individualismo); nas finalidades das atividades (respostas mal arranjadas às demandas das agências avaliadoras) e no perfil político--pedagógico dos sujeitos e das atividades que a compõe (aceleração dos processos de trabalho, saberes parcelados e isolados, tempo reduzido para a organização política, avaliações individualizadas da produção, menor autonomia diante da escassez de recursos e dos princípios do mercado e menor ênfase no compromisso social da instituição (implicações na referência a uma identidade coletiva).

Por todas estas questões é que o CFESS, junto com outras entidades e movimentos sociais, aposta na realização do ENE como momento de resistência e afirmação da educação como direito universal e inalienável.





SCS Quadra 2, Bloco C, Edf. Serra Dourada, Salas 312-318 CEP: 70300-902 Brasília - DF Fone: (61) 3223.1652 Fax: (61) 3223.2420 cfess@cfess.org.br

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ) VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR) 1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)

1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)

2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

CONSELHO FISCAL

Juliana Iglesias Melim (ES) Daniela Neves (DF) Valéria Coelho (AL)

SUPLENTES

Alessandra Ribeiro de Souza (MG) Josiane Soares Santos (SE) Erlenia Sobral do Vale (CE) Lilian da Silva Gomes Melo (AM) Marlene Merisse (SP) Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB) Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS) Solange da Silva Moreira (RJ) Hirley Ruth Neves Sena (MS)

Encontro Nacional de Educação

Conteúdo (aprovado pela diretoria): Erlenia Sobral, Daniela Castilho, Josiane Santos, Juliana Melim, Lilian Gomes e Tânia Diniz

Organização:

Assessoria de comunicação Revisão: Diogo Adjuto

Arte/diagramação: Rafael Werkema